

**DINÂMICAS E CONFORMAÇÕES DIFERENCIAIS NA URBANIZAÇÃO CAPITALISTA: APONTAMENTOS EM TORNO DA DESIGUALDADE SOCIOESPACIAL CONTEMPORÂNEA**

**DYNAMICS AND CONFORMATIONS DIFFERENTIALS IN CAPITALIST URBANIZATION: NOTES AROUND THE INEQUALITY SOCIOESPACIAL CONTEMPORARY**

**Ulysses da Cunha Baggio**

Universidade Federal de Viçosa – UFV  
Rua Tiradentes, 184, apto. 202 (Bairro João Braz) - CEP: 36570-000 – Viçosa – MG, Brasil  
ulybaggio@ufv.br

Recebido 17 de abril de 2016, aceito 20 de julho de 2016

**Resumo:** O presente artigo se devota a analisar a desigualdade socioespacial como uma expressão concernente às relações de poder, que integra o movimento mais amplo da diferenciação espacial, acompanhando o processo histórico de formação das sociedades, mas que, sob o desenvolvimento do capitalismo e, especialmente, da urbanização, passa a adquirir novos contornos e implicações, para o que muito contribui a formação de um novo padrão de acumulação, com traços de espoliação, e de uma avassaladora financeirização da economia, influenciando processos de reestruturação territorial e potencializando disparidades espaciais na esteira de uma urbanização expandida, o que se realiza em estreita associação com o Estado.

**Palavras-chave:** Desigualdades Socioespaciais, Diferenciação Social, Financeirização, Urbanização, Periferia.

**Abstract:** This present article is devoted to analyze the socio-spatial inequality as an expression concerning power relations, part of the broader movement of spatial

differentiation, in keeping with the historical process of formation of societies, but that, under the development of capitalism, and especially, of urbanization, acquire new contours and implications, to what really contributes for which greatly contributes to the formation of a new pattern of accumulation, with spoliation traces, and an overwhelming financialization of the economy, influencing territorial restructuring and enhancing spatial disparities in the wake of an urbanization expanded, which is held in close association with the State.

**Keywords:** Sociospatial Inequalities, Social Differentiation, Financialization, Urbanization, Periphery.

## INTRODUÇÃO

O artigo em tela se devota à análise da desigualdade socioespacial, entendida como uma expressão das relações de poder, que integra o movimento mais amplo da diferenciação espacial, acompanhando o transcurso histórico de formação das sociedades. Todavia, sob o desenvolvimento do capitalismo e, mais especificamente, da urbanização, tal processo passa a adquirir novos contornos e implicações, em que pese a formação de um novo padrão de acumulação de feição espoliativa, bem como de uma avassaladora financeirização da economia, o que vale dizer, da financeirização da própria urbanização/metropolização do espaço. Essa dinâmica impõe processos de reestruturação territorial, impulsionando disparidades e segregações socioespaciais no bojo de uma urbanização expandida e difusa, o que se dá em estreita associação com o Estado.

A urbanização expandida da sociedade impõe-se como um traço marcante da conformação do mundo atual, realizando-se de forma complexa e desigual sob a incidência dos influxos de um espetacular desenvolvimento das forças produtivas, redefinindo relações sociais e, desse modo, as próprias relações

entre sociedade e espaço. Nesse contexto, as disparidades sociais e, mais especificamente, as desigualdades socioespaciais, variáveis inseparáveis da totalidade sociedade/espaço, insinuam-se como um dos mais inquietantes e perturbadores problemas da contemporaneidade, mostrando-se como algo de difícil equacionamento e controle político.

Com o desenvolvimento do capitalismo globalizado e da financeirização da economia, o mercado mundial tornou-se amplamente submetido ao poderio extraordinário dos grandes conglomerados econômicos, impondo-lhe níveis cada vez mais elevados de disputa e competitividade, produzindo mais perdedores do que ganhadores sob a lógica de um padrão de acumulação marcadamente espoliativo, cujos rumos e configurações projetivas ninguém ao certo consegue prever ou determinar, sugerindo-nos, nesse sentido, uma espécie de revogação teleológica, dando-nos o esvaziamento do seu sentido ou talvez de algum sentido que poderíamos lhe atribuir. Desse modo, o futuro parece expungir sob a percepção midiaticamente fabricada de um presente estendido, como que neutralizando conseqüências e implicações dos atos sociais (políticos, econômicos, ambientais, etc.) e, de certo modo, da própria regulação do instinto de preservação da vida, sinalizando um estágio ou condição de descontrole social, notadamente em espaços periféricos, com os modos de governança e regulação estatal tornando-se cada vez mais inoperantes e ineficazes, fomentando certa impotência pública. Nesse contexto, as desigualdades socioespaciais não apenas se redimensionam como também adquirem maior visibilidade, projeção e proximidade geográfica, grafando e redesenhando cotidianamente assimetrias e contrastes nas estruturas socioespaciais, com implicações que mobilizam nossas atenções.

Todavia, ao plano da organização das sociedades humanas, a desigualdade, enquanto expressão diretamente relacionada às relações de poder se manifesta

e se insinua como preocupação desde a Antiguidade, quando já causava inquietações a clássicos pensadores gregos, como Platão e Aristóteles, bem como filósofos-teólogos da Idade Média, como Santo Agostinho e São Thomas de Aquino e, no contexto de transição do feudalismo para o capitalismo, Thomas Hobbes, passando pelo Iluminismo, podendo-se aqui destacar as reflexões de Rousseau, em seu “Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens” (Rousseau, 1973), bem como o pensamento de Hegel, em sua perspectiva política e dialética do movimento da história, avançando pela densa análise de Karl Marx, sobre a organização social, política e econômica de seu tempo, o qual produziu uma análise teoricamente rigorosa da sociedade capitalista, sob um profundo sentido de indignação quanto às condições de desigualdade assentadas na divisão de classes, quando então propugnava a necessidade de sua transformação através da luta social. Há ainda a contribuição de diversos outros pensadores e cientistas sociais modernos, os quais, de modo geral, se nutriram do legado de Marx, tais como Lênin, Gramsci, Luckács, entre outros. Há ainda outros nomes, posteriores a Marx, que poderiam ser arrolados, mas não se pretende aqui proceder a uma espécie de inventário exaustivo sobre o pensamento daqueles que se ocuparam, com algum destaque, do tema da desigualdade, mas apenas chamar a atenção para o fato de que ele representa uma preocupação recorrente na história, dando-nos a dimensão de sua importância e a diversidade de enfoques que marca a sua abordagem.

Considerando-se que a sociedade em seu movimento encerre ontologicamente uma correspondente espacialidade, as assimetrias sociais se projetam no espaço como um traço marcante de sua realização histórica, sugerindo-nos, assim, que a história avança com e no espaço sob uma lógica essencialmente contraditória. Daí poder-se asseverar que as diferenciações sociais, notadamente engendradas na cidade, consubstanciam-se processualmente no mundo prático-sensível como

disparidades socioespaciais, as quais, em larga medida, derivam da divisão social do trabalho. Trata-se de conformações historicamente produzidas sob a variabilidade dos influxos das interações espaciais. O que não significa que suas expressões se restrinjam tão somente aos seus componentes empíricos, como algo auto-evidente inscrito na paisagem, mas recobrando também variáveis abstratas integradas à esfera do real, tais como fluxos de capitais, informação, ideologias, etc., compondo, assim, uma totalidade indissociável e intrinsecamente variável, inerente ao processo de produção do espaço, especialmente à urbanização.

### **DIFERENCIAÇÃO SOCIAL E DESIGUALDADE SOCIOESPACIAL**

Assim, a diferenciação social e, mais especificamente, a desigualdade socioespacial que ela recobre, mas que não necessariamente se confundem, acompanham a história das civilizações, não constituindo uma característica exclusiva dessa ou daquela sociedade, desse ou daquele sistema econômico-social. De uma forma ou de outra elas comparecem na história dos povos e dos seus respectivos espaços de existência. Entretanto, sob o desenvolvimento do capitalismo as diferenciações e as desigualdades, em especial, adquirem um novo sentido, assumindo novas expressões e maior complexidade, sobremaneira com a consolidação do processo de urbanização e sua correspondente extensividade geográfica à escala mundo, conferindo-lhes, assim, contrastes e visibilidade mais acentuados. Ressalvando, contudo, que nem toda diferença é desigualdade e vice-versa, estando a idéia de diferença estreitamente vinculada à demarcação da essência do que se põe em comparação, no seu todo ou em parte, podendo ser tanto de ordem nata e natural como cultural; ao passo que a desigualdade incorpora em sua definição a variável da circunstância na qual se estabelecem social e politicamente as distinções essenciais do que se compara, conotando, não raro, o sentido de injustiça social e conflito. Assim, a desigualdade que se

produz na esteira do desenvolvimento do capitalismo e de formação do mundo-moderno é aquela que:

*[...] “se assenta na posse centralizada da riqueza social gerada por toda a sociedade nas mãos de uma classe social, que é também detentora do poder, o que permite estabelecer as condições de sua reprodução numa aliança entre os planos político e econômico contra o social” (Carlos, 2015: p.43).*

De uma perspectiva moderna, portanto, a desigualdade socioespacial reflete o movimento contraditório e desigual que marca a lógica de desenvolvimento e realização socioespacial do capitalismo, cuja dinâmica evolutiva alcança a sua maturidade com a consolidação da urbanização da sociedade, generalizando-se desigualmente pelo mundo. Não por acaso que a existência da periferia compareça na formação do sistema-mundo não como um estágio, momento ou circunstância no processo de desenvolvimento do capitalismo, mas sim como uma função e condição à sua própria sustentação e realização, como um componente necessário à estrutura de seu funcionamento, evidenciando uma configuração socioespacial intrinsecamente contraditória e desigual, cuja reprodução e expansividade assinalam um traço estrutural da espacialidade capitalista. Trata-se, essencialmente, de uma espacialidade diferencial, aspecto, diga-se de passagem, que mantém e requalifica os estudos regionais, contradizendo e indagando idéias acerca de uma suposta homogeneização dos lugares. Isso vale dizer que o capitalismo se vale da desigualdade à sua própria reprodução e expansão, para o que a chamada “condição periférica” desempenha historicamente um papel fundamental. Ela define uma “posição subordinada na hierarquia dos lugares na economia-mundo capitalista”, de modo a que os espaços submetidos a relações de poder, tanto por forças externas quanto internas, possam proporcionar a obtenção de super-lucros a diferentes formas

de exploração e acumulação do capital (Moraes, 2005).

Vale lembrar que a reprodução ampliada do lucro do capital é o motor da dinâmica econômica do capitalismo, cujos atores contemporâneos são proeminentemente corporações, pessoas jurídicas que, de modo geral, são de propriedade coletiva, tais como as “sociedades anônimas”, cujas atividades são marcadas pela alta competição, coerção e exploração, movidas pelo desejo obsessivo de expansão ilimitada e crescimento contínuo (Capra, 1995). Crescimento que “mesmo quando se faz presente e poderia, a priori, parecer uma boa notícia”, pode ser tudo, “exceto um longo rio tranquilo”, haja vista que as inovações técnicas em que ele se apoia “não apenas perturbam de alto a baixo nossos costumes e nossos modos de viver”, como também “criam inevitavelmente o desemprego, as desigualdades, e até mesmo, paradoxo supremo, o decréscimo!” (Ferry, 2015, p.22, [trechos literais de uma mesma idéia]). Acerca disso, a ocorrência de crises de desvalorização, com o decréscimo da taxa de lucro, advinda de situações de superprodução, com a saturação do mercado em termos de oferta, bem o demonstra, expondo-nos, assim, que o processo de produção encerra contradições que lhe são inerentes.

As consequências socioespaciais do poder adquirido por estas grandes companhias dão evidências de se mostrarem ainda mais nocivas em países periféricos (vide, por exemplo, o episódio recente do rompimento da barragem da mineradora Samarco em Mariana, Minas Gerais), contando com a tutela explícita ou tácita do Estado, que atua muito mais como uma espécie de sócio maior ou preferencial dessas empresas do que como agente fiscalizador e regulador. Sendo emblemático o caso brasileiro, essa situação desnuda no país um explícito debilitamento da capacidade de governar do Estado, expondo a exaustão dos arranjos político-institucionais vigentes e o esgotamento da economia, sinalizando, assim, para um efetivo descontrole regulatório do

Estado em relação às empresas e seus empreendimentos no território. E é justamente na atuação associada das grandes empresas com atores políticos e elites locais e regionais, que operam sob a perspectiva do ganho econômico, que encontramos a chave ao controle corporativo do território, condição pela qual se multiplicam estratégias de apropriação da riqueza social, que envolve o recrudescimento de práticas ilícitas e a preocupante escalada da cleptocracia no país, isto é, de um Estado no qual a nação deixa de ser governada por um Estado de Direito imparcial e se torna governada pelo poder discricionário de pessoas que passaram a controlar o poder político, transformando-o em valor econômico ou instrumentalizando-o para este fim. Em outras palavras, um Estado governado por ladrões.

### **ESPACIALIDADE DESIGUAL, PERIFERIA E URBANIZAÇÃO**

Posto que a lógica de formação dessa espacialidade desigual também recubra e se reproduza em escalas sub-nacionais, como é o caso dos espaços urbanos, pode-se compreender do por que a periferia, com suas espacialidades, se apresentar no tempo e no espaço como uma espécie de obra inacabada, como um processo socioespacial que não cessa ou retrocede, antes, ao contrário, se espalha e adquire grande complexidade e diversidade, com maior magnitude e clarividência em cidades médias e metrópoles. Transcendendo os limites da mera localização e da condição de comportar massivamente grafias da pobreza, a periferia vem se transformando rapidamente sob os influxos territoriais da valorização, incorporando, de modo ascensional, novas formas urbanas e funções, conformando-se como um mosaico socioespacial irrequieto.

Contudo, vale lembrar que historicamente, as periferias regionais e urbanas desempenharam e ainda desempenham a função de ofertar grandes contingentes de força de trabalho barata ao capital, força de trabalho essa que está na base

da formação mais ampla da cidade e do território, incluindo-se a das próprias periferias, quer seja como trabalho assalariado, quer como ajuda – mútua ou autoconstrução, e até mesmo, vale registrar, como trabalho em situações análogas à escravidão, sobretudo na construção civil, havendo, inclusive, obras com financiamento público. A urbanização e a produção do território têm sido assim apoiadas em larga medida pela exploração massiva de grandes parcelas de força de trabalho barata e pobre, ainda persistindo polaridades regionais entre riqueza e pobreza, do mesmo modo que a reprodução de disparidades a nível intra-regional e intra-urbano.

Daí poder-se dizer que a estrutura mais geral do espaço urbano, em específico, se assenta efetivamente nas desigualdades sociais, revelando-as em sua diversidade, para o que a centralização e a concentração tendenciais do capital no espaço, que também se exercitam sobre os meios de produção e a riqueza, evidenciam o traço incisivamente contraditório e desigual que marca a urbanização e as cidades capitalistas. No meio urbano de sociedades periféricas essa totalidade desigual lhe é intrínseca, com a modernidade fundindo-se com a pobreza em um espaço bastante complexo e diversificado, expondo uma estrutura marcadamente híbrida, ambivalente e instável, mas, no entanto, muito dinâmica (Becker & Egler, 1994, p.170).

É bastante esclarecedor, nesse sentido, acompanharmos o processo de formação do território brasileiro e, mais especificamente, os termos como se deu o processo de modernização do Brasil, principalmente a partir dos anos 1930. Em linhas gerais, ela se traduziu numa modernização marcadamente centralizada, realizada de cima para baixo, embasada no pacto do Estado com elites econômicas, aspectos pelos quais ela se configurou como uma modernização conservadora, constituindo-se no eixo central de formação do Brasil moderno. Influindo mudanças estruturais a partir da esfera política, essa “modernização pelo

alto” marcou a fundo a dinâmica evolutiva da formação do território brasileiro, recaíndo-lhe, assim, ações bastante seletivas do planejamento econômico estatal. Dentre outros aspectos, ela impulsionou uma rápida oligopolização da economia brasileira e grandes contrastes espaço-regionais, que se redefinem e se atualizam no presente sob a globalização neoliberal, expondo grandes oportunidades de investimento ao capital privado no território e uma busca quase que obsessiva pela inserção do Brasil nos mercados internacionais globalizados. Nesse sentido, se põe em curso o desenvolvimento de um novo padrão de acumulação no território nacional de caráter eminentemente econômico-empresarial, que instrumentaliza o território como rede e reafirma a sua condição como base de geração de valor, como mercadoria, subordinando, assim, sua dimensão enquanto valor de uso. A acumulação em curso no período atual representa, pois, uma forma de socialização capitalista da economia e do território que se objetiva por uma expressiva ampliação da base da propriedade privada, potencializando processos concentracionistas sob o comando dos grandes empreendimentos das corporações ou conglomerados econômicos.

Nesse contexto e sob essa condição avança uma forma de gestão do território e das cidades, mais especificamente, sob o sentido de negócio, como coisa para empreendedores, insuflando uma ampla privatização do espaço em moldes corporativos, movimento concentracionista pelo qual o espaço se consubstancia em espaço corporativo, podendo-se falar, do mesmo modo, em cidades corporativas. Tal lógica, pela nossa compreensão, agrega e potencializa impactos substanciais ao meio ambiente e a sócio-diversidade dos lugares, incitando degradações, conflitos e estranhamentos, ao mesmo passo que barreiras e fronteiras sociais, segregações e espoliações, aspectos marcantes da desigualdade socioespacial contemporânea.

Portanto, ao plano de sua realização o capitalismo não apenas opera de

forma desigual e contraditória, como se vale e instrumentaliza as desigualdades, necessitando, assim, da própria pobreza, o que pode parecer paradoxal. Não sem razão temos que, em pleno século XXI, sob um grande desenvolvimento das forças produtivas do capital, com notáveis avanços na ciência e na tecnologia, formas compulsórias de exploração do trabalho, como o trabalho escravo, que não apenas se mantêm como são reproduzidas, sobretudo em ciclos de crise, como o atual. Os exemplos se multiplicam no mundo, com milhões de pessoas submetidas a formas coercitivas de trabalho, tanto em ambientes urbanos como rurais, em confecções, construção civil, locais de prostituição, restaurantes, ambientes domésticos, olarias, pedreiras, carvoarias, áreas agrícolas, campos de exploração madeireira, etc., podendo-se oferecer como exemplos destacados os casos do Brasil, Haiti, América Central, México, China, Índia, Mianmar, Sudão, mas também Suécia, Reino Unido (Inglaterra, Escócia, País de Gales, Irlanda do Norte), Estados Unidos, entre outros. Isso significa que o processo de valorização do capital, sobretudo em espaços periféricos, implica na produção capitalista de relações não-capitalistas de produção (Martins, 1990), trazendo à tona implicações socioespaciais que lhes são correspondentes, entabulando expressões localizadas mais específicas de valorização capitalista do espaço, inscrevendo-lhes certas particularidades.

Sob o desenvolvimento do capitalismo globalizado e do intenso desenvolvimento das forças produtivas, amparados em redes de variados tipos, a urbanização da sociedade se consolidou e se potencializou, afirmando-se como uma urbanização extensiva e expandida, transcendendo os limites das cidades, atingindo e submetendo o campo, tornando-se a cidade o lócus de praticamente tudo o que acontece naquele. Sob a urbanização capitalista as desigualdades socioespaciais compõem como uma de suas principais expressões, engendrando historicamente a formação de segmentos sociais variados e

modos igualmente distintos de apropriação da riqueza socialmente produzida, revelando, nesse sentido, a impossibilidade de apropriação de condições básicas de sobrevivência a parcelas expressivas da sociedade, objetivando-se, assim, na própria impossibilidade do urbano para todos, ao qual um número cada vez maior de pessoas encontra-se submetido a privações diversas, a modalidades de inserção perversa e exclusão. E essa condição em nada se confunde com uma espécie de crise de adequação ao urbano. Alicerçadas, portanto, na propriedade da terra e na apropriação privada, as desigualdades socioespaciais inscrevem-se na esteira da reprodução ampliada do capital e na transformação do espaço em mercadoria.

Daí poder-se aduzir que o próprio urbanismo tenha se convertido numa força da produção, interagindo, interferindo e mesmo modificando as relações sociais, aí incluídas as de produção, porém não se mostrando suficiente, por si só, para transformá-las. Isso não significa, entretanto, tomar o urbano e, mais especificamente, o urbanismo sob o sentido da reificação do espaço. O espaço é aqui compreendido como espaço socialmente organizado e construído, no qual, “as relações sociais e espaciais são dialeticamente inter-reativas; interdependentes” (Soja, 1993, p.102), ao mesmo tempo em que “as relações sociais de produção são formadoras do espaço e contingentes ao espaço” (Soja, 1993, p. 103).

### **A IMPOSIÇÃO SOCIOESPACIAL DO ECONÔMICO E A DIMENSÃO CONFLITUOSA DO URBANO**

O dinamismo potencializado alcançado pelo modo de produção capitalista consolida uma efetiva assincronia entre a esfera econômica e a política, na qual ganha preeminência a primeira, alçando a base econômica do processo social a um papel de comando, estabelecendo, de um lado, um descompasso

entre os processos econômicos e sociais que se dão no âmbito do nacional e do internacional e, de outro, as instituições que deveriam efetuar a sua melhor regulação, o que, seguramente acarreta perturbações substanciais entre estas instâncias. Não se quer com isso sugerir a existência de uma dualidade entre o econômico e o político, que, em realidade, não existe, uma vez que o econômico implica em relações sociais, se tratando, mais propriamente de uma relação dialética de dupla determinação. Trata-se, mais propriamente, da imposição da racionalidade do mercado mundializado no processo político, instaurando progressivamente certa feição mercantil ao existencial e à vida cotidiana, recobrando, desse modo, o espaço em escalas territoriais variadas. Tal imposição consolida a formação do mundo da mercadoria, como condição socioespacial à realização do processo de valorização, que assim se generaliza pelos lugares e relações sociais.

Essa imposição do econômico em relação ao social representa a submissão do uso e do valor de uso ao valor de troca, o que responde pelo desenvolvimento processual de um conflito entre estas dimensões, com o uso e o valor de uso tornando-se subjugados pelo valor de troca. Com o espaço tornado mercadoria sob o desenvolvimento do capitalismo, isso significa, portanto, a formação de uma oposição antitética perturbadora entre elas, que não se revela tão somente no plano teórico, como bem o identificou Marx em alguns de seus textos, embora não chegasse a estudar o capital de forma empírica, mas também e cada vez mais no mundo prático-sensível, objetivando-se desigualmente no tempo e no espaço, especialmente o valor de troca. Isso vale dizer que existem diferenciadas possibilidades de apropriação do espaço e da cidade pelos agentes sociais em função de sua posição na hierarquia social. Tais diferenciações se materializam na estrutura espacial e urbana, produzindo, nesse sentido, tensões e conflitos ao plano do acesso a recursos tais como moradia, transporte público, emprego,

educação, saúde, lazer, etc., havendo, portanto, constrangimentos e interditos aos usos desses benefícios à vida e à reprodução sociais, o que alimenta a segregação socioespacial e o conflito em torno de representações e percepções pelos diferentes agentes projetadas na realidade social.

Tornando-se, portanto, um dado da realidade objetiva, tal conflito marca a fundo a urbanização contemporânea, que avança com a multiplicação de modalidades de apropriação privada do espaço, podendo-se destacar as apropriações corporativas. A este movimento corresponde compressões e retrações do espaço público, bem como o recrudescimento de desigualdades e segregações socioespaciais, aspectos que operam na base da escalada da violência urbana, uma vez que levam a marca do desemprego e subemprego, da precarização das condições de trabalho, baixos salários e sistema educacional e de saúde deficientes.

### **FINANCEIRIZAÇÃO E ESPAÇO**

Não se pode perder de vista que a globalização contemporânea é de égide financeira, sob os influxos de uma avassaladora financeirização da economia, que apresenta uma enorme capilaridade no espaço. Nesse sentido o capital financeiro encontra na apropriação do espaço um suporte robusto ao seu resguardo e valorização, o que se define mesmo como uma estratégia reprodutiva, num ambiente marcadamente competitivo e com o capital submetido a processos de desvalorização, dando-nos, assim, o tom da crise capitalista contemporânea. A título de exemplificação, veja-se o que acontece com a questão da moradia, com a difusão mundo afora de um mesmo paradigma, tornado dominante, que é o modelo de financeirização da moradia. Esse modelo tem levado, sob os influxos do neoliberalismo, ao desmonte dos sistemas públicos de habitação amparados pelo Estado, objetivando-se na implementação da casa própria individual com

financiamento por créditos bancários, com bancos públicos ampliando formas de captação de investimentos para esse fim. A condição fundamental a essa situação reside na propriedade privada individual, possibilitando que a terra e a moradia consubstanciem-se num ativo financeiro, comercializável a escala planetária.

Nesse sentido os agentes financeiros protagonizam um papel bastante importante no mercado da moradia, disponibilizando créditos à construção e à compra de imóveis, haja vista que os custos envolvidos nessas operações são sensivelmente elevados. Daí o capital financeiro comparecer como um agente preeminente na formação do espaço construído, ou, por outra, realizando-se por meio de sua reprodução, englobando uma ampla articulação com outras frações do capital (fundiário, industrial e comercial), que conta com a coordenação do Estado (Carlos, 2015). Daí é que provêm lucros e dinheiro acumulado que se direcionam ao mercado financeiro, que serão investidos na produção de novas formas urbanas e de novos espaços, tais como edifícios corporativos, requalificação de áreas centrais, de antigos espaços industriais, de áreas portuárias etc., operações que tanto potencializam a valorização da propriedade fundiária como favorecem condições mais gerais de circulação do valor, respondendo, portanto, pela reestruturação de parcelas expressivas da cidade, o que, não raro, tem implicado em expulsões e expropriações, subvertendo-se, assim, direitos sociais básicos, sob a chancela do Estado. Quase que invariavelmente tais intervenções urbanísticas conduzidas pelo Estado contribuem de forma substancial à ampliação da desigualdade social urbana.

Não é demais lembrar, a propósito, que no conjunto das formas que compõem a estrutura urbana total o “fixo” habitacional é a principal e a mais extensiva das formas de uso do solo urbano, significando muito mais que simplesmente um abrigo, sendo também uma forma de inserção na cidade, não se resumindo a habitação tão somente à unidade habitacional, mas incluindo todas as demais

formas construídas que compõem o espaço urbano (Baggio, 1995). O que nos sugere a idéia de pensar o universo habitacional como um sistema espaço-relacional, estruturalmente diverso e desigual, que reflete a própria estrutura de classes que marca a sociedade capitalista, fazendo com que o acesso aos bens e serviços socialmente produzidos se realize sob a marca da seletividade, ainda maior em sociedades da periferia do sistema-mundo, como a brasileira. E a habitação é um dos bens (mercadoria) a que expressivas parcelas da sociedade não têm acesso minimamente satisfatório, haja vista os baixos salários auferidos, numa economia que em essência é marcadamente de exploração e que, assim, não absorve a todos, fazendo multiplicar formas de inserção precária na sociedade e no espaço. No limite essa realidade assim se constitui dada a existência, de um lado, da super-exploração da força de trabalho, impondo grande restrição de renda a uma grande parcela da classe trabalhadora, e, de outro, a instituição da propriedade privada da terra e a organização do espaço pelo capital. As contradições e incompatibilidades daí resultantes empiricizam territorialmente a pobreza, engendrando a produção de um espaço urbano técnica, econômica e socialmente segregado. Nos países de industrialização tardia, especialmente, temos que essa contradição fundamental consubstancia-se num vetor de muitas ilegalidades socioespaciais do ponto de vista da legislação urbanística e do código de edificações de obras, contrariando, assim, os modelos de apropriação e organização do espaço urbano estabelecidos nas regulamentações jurídicas vigentes. Essas práticas de inserção ilegal na cidade, sob o ponto de vista do Estado, têm, no entanto, e historicamente, se constituído nas alternativas possíveis de “resolução” do problema do como e onde morar entre segmentos sociais de baixa renda (Baggio, 1995), cujas expressões socioespaciais integram amplas parcelas de nossas periferias urbanas, principalmente.

Sob os influxos da financeirização no mercado imobiliário, define-se uma

lógica de produção massiva da casa-mercadoria, que tem impulsionado, por ações do Estado, as remoções de populações empobrecidas de lugares de submoradia, com a contrapartida de produção de conjuntos habitacionais em espaços periféricos, não raro com carências e insuficiências de infra-estruturas e serviços, acentuando dificuldades ainda maiores de reprodução social e qualidade de vida. Nesse sentido, está se abrindo a passos rápidos uma frente político-urbana bastante lucrativa ao capital financeiro, que assim vai multiplicando suas inversões e negócios na cidade. Esse processo tem avançado, porém não sem resistências, e embora tenha havido conquistas significativas, confrontando poderes hegemônicos, as lutas ainda se mostram, de modo geral, um tanto que fragmentadas, porquanto venham se ampliando e fortalecendo suas articulações, em que pese o uso de novas tecnologias comunicacionais.

O contexto de crise que emerge em fins dos anos 1960 e início dos 70, assinala o esgotamento do padrão fordista de acumulação e a transição rumo a um novo padrão, que David Harvey (1992) designa de “acumulação flexível”, deflagrando a própria crise das economias de aglomeração fordistas. Tal crise impulsionou movimentos de desconcentração espacial do capital industrial, representando um primeiro momento de formação de novas aglomerações e centralidades urbanas. Este movimento de criação de novas aglomerações plurimunicipais recrudescer sob o desenvolvimento da terceirização, que avança sob a crise atual, impondo-lhes uma maior densidade em seus sistemas de relações, com maior destaque ao setor de serviços, em que pese o papel determinante representado pelas inversões do capital financeiro na expansão do espaço construído, sobretudo no mercado imobiliário.

Em outras palavras, pode-se dizer que a espacialidade desencadeada com o esgotamento do padrão fordista de acumulação expõe um amplo movimento de reestruturação socioespacial que recobre tanto a cidade como o campo,

manifestando-se, de forma geral, por uma maior segmentação territorial da cadeia produtiva e criação de novas funcionalidades, imprimindo uma maior fragmentação e redefinindo disparidades territoriais, potencializando, entre outros aspectos, processos de segregação socioespacial. De acordo com Soja (1993), a estreita articulação entre a reestruturação e a espacialidade traduz uma tentativa do capitalismo ajustar, de forma reativa, suas matrizes temporais e espaciais, movimento que recobre tanto países de industrialização originária (nesses com maior contundência), como em espaços da periferia do sistema-mundo, como vem ocorrendo na América Latina e no Brasil. As transformações socioespaciais decorrentes desse processo, que envolvem a reestruturação produtiva e a adoção de políticas neoliberais, sinalizam para o fato de que as cidades, mais do que antes, estão sendo estruturadas e geridas sob a primazia das demandas do capital do que das pessoas, para o que a queda acentuada do emprego na indústria, a ampliação da terceirização, o rebaixamento de salários e direitos, entre outros aspectos, só fazem aumentar as disparidades socioespaciais, os níveis de mal estar e estresse na urbe contemporânea, notadamente em grandes conglomerados urbano-metropolitanos, sugerindo-nos um estado de permanente compressão na vida cotidiana.

Indubitavelmente o capital financeiro tem desencadeado grandes transformações espaciais, sobremaneira nas cidades, principalmente nos espaços metropolitanos, mas também em cidades médias, em franco movimento ascensional. A criação dessas novas centralidades e funções imprime novas dinâmicas de valorização econômica do espaço, bastante associadas ao crescimento exponencial do uso do automóvel em nossa sociedade e, relacionadamente, de ampliação da rede viária. Vale registrar que os vetores de expansão urbana mais atual consubstanciam-se ao longo de grandes artérias de circulação automobilística, favorecendo, entre outras coisas, a expansão dos

condomínios fechados em setores mais periféricos da cidade. O automóvel, uma vez mais, comparece como um dado fundamental ao espraiamento do tecido urbano. E à medida que tais empreendimentos imobiliários se multiplicam intensiva e extensivamente sob os termos da urbanização atual, recobrando tanto cidades grandes, médias e mesmo pequenas, a motorização da sociedade vem se impondo de forma incisiva, quase que coercitivamente, condicionando a vida de parcelas crescentes da população, numa cidade cada vez mais fragmentada e dividida, bastante submetida à terceirização e a circulação motorizada. A situação de nossas cidades é emblemática nesse sentido.

Não seria demais acrescentar, a propósito, que a generalização do automóvel e seu uso abusivo, num espaço produzido expandido, parece demarcar uma forma de vida cotidiana na qual a relação das pessoas com a cidade parece tornar-se cada vez mais mediada pelo acelerador, o que, pela nossa compreensão, representa um agravo às relações de alienação socioespacial, quando o caminhar e a fruição paisagística, que criam ambiências e relações mais diretas entre as pessoas e destas para com os lugares, declinam sob o reino da lógica da mercadoria e da motorização da sociedade. O que dizer de pessoas para as quais o automóvel tornou-se a própria extensão de seu corpo? Há, certamente, uma dose substancial de condicionamento-acomodamento nessa situação, mostrando-se insuficiente justificar o maior uso do automóvel por deficiências reais do sistema de transporte público. Parece haver fortes indícios que a simples melhoria desse sistema não seria capaz de inverter esse cenário, o que não justificaria que ele não fosse melhorado. As cidades estão se tornando, sobretudo os grandes centros, a exemplo de São Paulo, Brasília, Rio de Janeiro etc., verdadeiros infernos motorizados, fonte permanente de mal-estar e estresse, o que já sinaliza para um problema de saúde pública. As pressões do capital (quer sejam de origem legal ou ilícita) por uma circulação

cada vez mais rápida, submetido a uma alta competitividade, já respondem, em larga medida, pela multiplicação de acidentes na cidade, transformando nossas ruas em verdadeiras arenas de violência motorizada. Nesse ambiente, as diferenças e as desigualdades tencionam na esteira de constituição de uma vida cotidiana reiteradamente constrangida e banalizada, evidenciando tanto conformações socioespaciais díspares e relativamente bem demarcadas, como cenários superpostos de mobilidades cruzadas, conformando ambiências urbanas nas quais as assimetrias pululam e se estranham.

Como já se viu a urbanização atual, turbinada pela financeirização da economia, potencializa processos de valorização econômica do espaço, tanto em áreas centrais, sobretudo de grandes centros, como em espaços periféricos, envolvendo a formação de eixos aglomerativos de expansão tendencial da cidade. Nas áreas centrais, essa valorização tem sido deflagrada, de modo geral, por projetos de revitalização urbana conduzidos pelo Estado, não raro envolvendo parcerias com agentes financeiros, precipitando a gentrificação urbana, inviabilizando, em grande medida, a permanência de segmentos sociais mais empobrecidos, como moradores de cortiços, etc., que não conseguem arcar com os custos locais advindos dessas operações urbanas. Ou seja, ocorre uma efetiva substituição progressiva desses segmentos sociais por outros de maior poder aquisitivo, como se pode notar pelos novos negócios que se instalam nesses espaços revitalizados, tais como lojas de grife, casas noturnas, novos hotéis, restaurantes e bares “mais sofisticados”, etc.

O que nos parece importante reter aqui é que, além de produzir mudanças sociais e morfológicas, a gentrificação potencializa conflitos de classes entre uma nova classe média e mais abastada que progressivamente vai se instalando e segmentos pioneiros que vão sendo expulsos, que participaram da formação desses lugares, assim como de contingentes empobrecidos precariamente instalados.

Em outras palavras, a elevação da renda da terra cobrada pelos proprietários, advinda de tais projetos de revitalização, sob o manto da cultura e do resguardo de patrimônios, opera na base desse processo de invasão e sucessão na cidade. E vale dizer, uma vez mais, que é através das inversões do capital financeiro no espaço que a terra-mercadoria se metamorfoseia em capital imobiliário, um ativo financeiro sob a forma de uma nova base de edificações (reabilitadas, modificadas ou substituídas por outras) e funções. Tal processo de valorização impõe-se como um vetor robusto de desigualdade socioespacial, sob a estreita associação entre Estado e capital, com o primeiro atuando como o representante maior dos interesses corporativos, em detrimento dos da maioria da sociedade. A tipificação desta associação comporta, portanto, o sentido de um projeto de sociedade desigual, concernindo à desigualdade jurídica, desigualdade da riqueza e desigualdade em face da cidadania.

### **CRISE, ACUMULAÇÃO ESPOLIATIVA E CONCENTRAÇÃO DA RIQUEZA: IMPLICAÇÕES SOCIOESPACIAIS**

Torna-se patente, portanto, que o espaço tenha se convertido numa base segura à valorização do capital, dispondo de condições reprodutivas (largamente criadas pelo Estado) que lhe conferem maior duração e extensividade, a exemplo do que se verifica em estratégias de alocação geográfica de capitais desvalorizados em contextos de crise, multiplicando inversões que, de modo geral, potencializam a sua concentração, ou ainda a sua supermonopolização à escala global, alimentando processos de produção corporativa do espaço. Isso se constitui num aspecto marcante da espacialidade capitalista contemporânea e, nesse sentido, do próprio desenvolvimento desigual atual, fazendo recrudescer as desigualdades socioespaciais.

De acordo com David Harvey (2004), no ciclo atual este mecanismo de transferência de capitais desvalorizados se mostra acompanhado de práticas espoliativas crescentes, gerando impasses, conflitos e restrições à própria acumulação. Nesse sentido, o traço espoliativo do novo padrão de acumulação em curso materializa-se com a ampliação das desigualdades socioespaciais, das tensões e embates na esfera da reprodução social, envolvendo despossessões e privatizações de bens públicos, projetando-se, desse modo, como espoliação socioterritorial, o que, inequivocamente, constitui-se num aspecto marcante do urbano e da urbanização contemporâneos.

Sob os influxos da própria crise incrementam-se processos conducentes a uma espetacular concentração da riqueza mundial e, desse modo, à exacerbação da desigualdade, especialmente a partir dos anos 1970-1980, engendrando significativas assimetrias socioespaciais entre países, sugerindo, assim, que “as diferenças institucionais e políticas tenham exercido um papel central” (Piketty, 2014, p.233) na produção desses contrastes, entabulando em escalas regionais variadas, espaços desiguais e conflituosos, cenário no qual se podem encontrar empresas-corporações ostentando faturamentos superiores a PIBs de países inteiros.

No que concerne mais especificamente à desigualdade das rendas, o que se observa é que a desigualdade do capital tem se mantido regularmente acima da do trabalho; regularidade que “em si nada tem evidente”, revelando, com exatidão, “a natureza dos processos econômicos e sociais que governam a dinâmica da acumulação e da distribuição dos patrimônios” (Piketty, 2014, p.240). Segue-se daí que “a distribuição da propriedade do capital e das rendas que dele provém” apresenta-se “sistematicamente mais concentrada do que a distribuição das rendas do trabalho”, em que pese o fato de que a “forte acumulação do capital” verificada nos tempos atuais mostrar-se estreitamente atrelada ao recebimento de

heranças (capital herdado) e seus efeitos cumulativos, favorecendo mecanismos de poupança (Piketty, 2014). O que não quer dizer que se deva negligenciar a desigualdade das rendas do trabalho em relação às do capital, haja vista que as primeiras expressam parcelas expressivas da renda nacional, entre dois terços e três quartos, aproximadamente, além do fato de sua distribuição entre os diversos países mostrar-se sempre bastante desigual, revelando que as políticas públicas e as diferenças nacionais [acrescentaríamos, socioespaciais] podem ter implicações importantes na conformação das desigualdades e das condições de vida de grandes parcelas da população (Piketty, 2014).

Nesse contexto, é inequívoco que a avassaladora financeirização da economia, proporcionada em grande medida pela desregulamentação do fluxo de capitais e o espetacular desenvolvimento das tecnologias de comunicação, tem conduzido a um duplo movimento de variáveis correlacionadas: de um lado tem-se “um processo recorrente de desvalorização do trabalho, com uma progressiva precarização das condições de emprego e de remuneração”, e, do outro, do “recorrente desemprego”, conduzindo à deterioração do mercado, das relações de trabalho e da política social, acarretando “no aumento generalizado da desigualdade econômica e social nas nações desenvolvidas e em desenvolvimento” (Dedecca, 2010: p.2), embora a pobreza, de modo geral, tenha diminuído no mundo, conquanto a distância entre os mais ricos em relação aos mais pobres tenha aumentado, sinalizando, assim, para um maior enriquecimento de uma minoria, ou seja, havendo uma concentração ainda maior da riqueza.

Sobretudo na periferia do sistema-mundo e, em especial, na América Latina, as disparidades socioespaciais apresentam-se cada vez mais aproximadas, compondo cenários marcadamente contrastantes, desiguais e conflituosos, compondo uma espécie de oposição socioespacial degradante, que incita a multiplicação de fronteiras e divisórios monitorados. No âmbito do mercado

pode-se identificá-la na dualização entre atividades mais avançadas e tecnicizadas, mais bem remuneradas e mais robustas, e um amplo segmento de características inversas, não se tratando exatamente de uma dualidade integrada, mas mais propriamente de uma unidade contraditória e desigual do próprio processo capitalista que se projeta territorialmente, em que pese os condicionantes e determinações da crise em curso. Resulta daí a constituição de um mercado de trabalho bastante segmentado, que revela uma expressiva polarização social, em face da qual as funções reguladoras e assistenciais do Estado sofrem sensível retraimento, ao mesmo tempo em que se flexibilizam as relações de trabalho, fragilizando-as. Com isso, aumentam os níveis de informalidade da economia, influenciando uma maior precarização ao mercado de trabalho e, portanto, à própria reprodução social, o que se impõe como um traço marcante da polarização social.

Esse cenário socioespacial ampliado de desigualdades recrudescidas estabelece, certamente, restrições ao direito à cidade a um número crescente de pessoas, sugerindo que a urbanização tenha de fato se tornado crítica, expressando-se como impossibilidade do urbano para todos. O que vale dizer um urbano e uma cidade que se constituem pela negatividade do trabalho, trabalho que comporta inteiramente o sentido do trabalho alienado, que não se apresenta, de modo geral, como atividade criadora, como fonte viva do valor, mas mais propriamente como uma espécie de miséria absoluta e mortificante, transformando-se basicamente num meio à manutenção da existência física do trabalhador, que não aspira, na maioria das vezes, outra coisa que não o consumo.

Nas circunstâncias contemporâneas de uma irrefreável mercantilização do espaço, com o Estado coordenando políticas e intervenções na cidade de modo a imprimir-lhe condições a que se torne competitiva no mercado e atrativa a novos investimentos, sob o sentido da maior capitalização possível, chama-nos a atenção o fato de que nas periferias do sistema-mundo, como na América

Latina e, em especial, no Brasil, essa orientação não tem apresentado, de modo geral, maiores contrapartidas em termos de desenvolvimento social e ambiental, conquanto ela se realize sob a roupagem ideológica da sustentabilidade, o vetor midiático a nortear os grandes empreendimentos empresariais no espaço, a exemplo de projetos voltados à criação de condomínios fechados na cidade, modalidade de espaço residencial que se afirma como uma tendência na urbanização atual.

A propagação geográfica dessas formas urbanas, inclusive em cidades de pequeno porte, instaura um urbanismo de enclaves, evidenciando uma modalidade expansiva de apropriação privada da cidade e de multiplicação de descontinuidades no tecido urbano. Desse modo tais formas avançam com a demarcação mais rigorosa da separação, acentuando, pela nossa compreensão, a transformação da cidade numa espécie de anticidade, que assim se conforma sob o caráter da segregação, da desigualdade, da violência, do medo, da insegurança e da desconfiança generalizados, plasmando grafias marcantes à arquitetura contemporânea. Põe-se, portanto, em curso a formação ascensional de uma espacialidade de contrastes radicalizados, polarizada e conflituosa.

### **O HORIZONTE DA POLÍTICA**

Inequivocamente as desigualdades sociais e econômicas, com suas correspondentes projeções no espaço, fragilizam sensivelmente as instituições democráticas, dificultando a participação e o consenso, conquanto o direito à participação esteja formalmente garantido. E tanto os problemas da participação social como os da própria representatividade solicitam mudanças na forma da própria política, no sentido da sociedade gravitar politicamente mais em torno de si do que do Estado (e da estadolatria), de modo a não encará-lo como mediação única ou exclusiva nas práticas sociais. Tais práticas são aqui

compreendidas, esclareça-se, em sentido mais amplo, recobrando tanto ações por movimentos e outras formas de organização político-social, como também no sentido de práticas teóricas, que, em termos de percursos socialmente mais conseqüentes e responsáveis, devem estar associadas, sob o sentido de uma dialética enriquecedora. Mas isso não quer dizer que se esteja postulando a defesa de uma via orientada à desqualificação ou mesmo à revogação do Estado, ou ainda à recusa de alguma forma de autoridade válida e legítima, o que também recobre lideranças e/ou porta-vozes de movimentos e outras formas de ação. Entretanto, isso não se confunde com uma condição de cooptação subordinada ao Estado, mas sim de uma via norteada por uma inserção efetivamente participativa e diversificada das pessoas na vida política, no sentido de uma atuação mais potencializada e pluralista, de modo a coibir ou mesmo revogar domínios coercitivos de pensamento e poder. Essa via compreenderia tanto o direito de se exercer práticas sob o sentido da democracia direta, como também o aperfeiçoamento contínuo da democracia representativa, inibindo, assim, tanto extremismos de direita, como variações de caráter ultraliberal. Estas forças, como bem se sabe, colocam em risco a própria democracia, do mesmo modo que em nada contribuem à destruição/superação do capitalismo e nem da criação de uma “outra” e melhor forma de organização societária.

Novos arranjos político-institucionais se fazem necessários, tais como o desenvolvimento da reforma política, que, para além de combater problemas concernentes à corrupção, se orientaria também ao equacionamento da crise de representatividade e do aperfeiçoamento/ampliação das formas de participação social na vida política, coibindo ou desestimulando práticas de aparelhamento e loteamento do Estado. Além da reforma política, urge também a realização de uma reforma tributária, promovendo-se uma revisão mais estrutural da questão, tendo-se em vista um sistema mais federalista, que coíba a guerra entre os

estados e os lugares, que tribute mais a renda do que o consumo, que simplifique, ademais, os tributos que incidem sobre este, entre outros aspectos. Acrescente-se, ainda, a necessidade premente de se avançar a reforma urbana no país, que enfrenta, como se sabe, grandes dificuldades, esbarrando em poderosos interesses econômicos em torno do espaço, recobrando o próprio Estado, recaindo-lhe interferências substanciais de classes sociais dominantes. Reitera-se que no estágio atual da urbanização, com o planejamento urbano submetendo-se à lógica das empresas e dos negócios, o papel do Estado é o de proporcionar condições que viabilizem o lucro dos investidores, abrindo-se frentes de valorização no espaço urbano, sob o sentido da produção e apropriação de mais-valia.

Diante desse cenário, temos que ao lado de outras reformas de base não menos importantes, essas reformas são imprescindíveis ao impulso do desenvolvimento econômico, social e territorial, pondo-se em perspectiva a priorização quanto a políticas que sejam efetivamente capazes de reduzir as desigualdades e fortalecer os direitos sociais.

Por outro lado, nos permitirmos indagar até que ponto o capitalismo em seu movimento contraditório permite a construção de uma democracia mais avançada, de modo a favorecer uma efetiva redução das desigualdades. Seria mesmo verdade que o capitalismo corrobora a democracia, como muitos acreditam? A vida urbana cotidiana não estaria se transformando em situações nucleares de economias de desapropriação, ao mesmo passo que de economias de exploração, com fortes traços espoliativos? Veja-se, por exemplo, as mudanças que estão se processando no mundo do trabalho, trazendo implicações socioespaciais e existenciais que, como já observamos, dão mostras de se anunciarem como um problema de saúde pública. Estas mudanças envolvem a precarização dos vínculos trabalhistas, a orientação do trabalho sob meta de resultados (e as pressões permanentes para alcançá-los), instabilidade no emprego, temores

diante da possibilidade constante do desemprego, rotina massacrante, enfim, um conjunto de componentes geradores de angústia, sofrimento, Síndrome de Burnout (conhecida como síndrome de esgotamento profissional) e depressão. Tratam-se, pela nossa compreensão, de expressões preocupantes do trabalho alienado, portanto, desumanizador, que avança celeremente e se universaliza com a globalização e sua máquina de acumulação espoliativa. Modula-se coercitivamente o trabalho às necessidades do capital, fazendo dessa condição um dado inexorável e “natural” de sua realização. Conforma-se, assim, uma espécie de reino do não-trabalho, do trabalho como negatividade, cujas formas compressivas e inseguras da sua organização atual potencializam condições de aviltamento do trabalho e do trabalhador.

Nesse mesmo contexto de transformações no mundo do trabalho, que compreende o sentido de uma efetiva compressão no tempo e no espaço, vemos, por contraste, a emergência de uma miríade de práticas socioespaciais cotidianas, motivadas por necessidades prementes sob o sentido de demandas imperiosas da existência e do viver, as quais, não raro, têm sido negadas ou insuficientemente disponibilizadas pelo Estado. Mostrando-se dotadas de certo traço autogestionário, elas comportam sentidos de transformação e emancipação, cujas ações têm-lhes proporcionado certas conquistas, suscitando, assim, o interesse de um número cada vez maior de setores e segmentos da sociedade urbana, ampliando politicamente experiências e possibilidades a condições melhoradas de vida e relacionalidade social. Revelando significativa vitalidade e versatilidade, elas buscam forjar nas margens e interstícios do espaço capitalista ambiências ruidosas e influenciadoras, prenes de paixões subversivas e inventividade, enunciando novas e mais estimulantes formas de relacionalidade e modalidades diferenciadas e socialmente mais desejáveis de uso do tempo e do espaço, não raro apontando a outras formas e possibilidades de apropriação

do espaço. Pode-se imputar a elas, pela nossa compreensão, um aspecto político auspicioso, isto é, o de poder conferir um maior empoderamento aos próprios interessados quanto à elaboração e ao percurso de projetos e situações socioespaciais demandados, encetando, assim, referências político-qualitativas a certa reinvenção processual da própria vida cotidiana e pública. Pelas beiradas e interstícios do espaço-tempo presente, elas sinalizam virtualidades quanto a uma possível nova filosofia de vida, inscrevendo-se dialeticamente no fulcro de uma espacialidade contraditória e desigual, amalgamada a um cotidiano capitalista invasivamente consumista, tensionado e coercitivo.

A título de exemplificação dessas forças insurgentes, que não necessariamente negam ou se distanciam do Estado ou de alguma forma de autoridade legitimada, podemos brevemente apontar movimentos artísticos e multiculturais que se desenvolvem nas periferias urbanas e até mesmo em áreas centrais da cidade, tais como o hip hop e os *rappers*; sistemas de produção alternativos e práticas de economia solidária; movimentos de moradores na luta pelo resguardo e preservação de patrimônios e modos de vida em bairros; práticas de uso e apropriação de lugares por “tribos urbanas”; movimento cicloativista e suas práticas propositivas a formas mais avançadas e saudáveis de mobilidade (e, de certo modo, também de sociabilidade) urbana, entre outras práticas que envolvem questões relativas ao uso e à apropriação da cidade, politizando-as e conferindo-lhes visibilidade pública quanto aos seus conteúdos, motivações e propósitos.

Não se poderia também perder de vista determinadas ações e projetos conduzidos pelo próprio Estado, como, por exemplo, a criação de parques lineares em áreas degradadas da cidade, áreas que podem mesmo se tornar espaços de uso social aberto e coletivo, não se compartilhando aqui da idéia de que sejam criados à custa de expropriações de moradores pobres, no sentido

de um deslocamento da pobreza. Há que se fazer, portanto, avaliações mais cuidadosas e criteriosas para se qualificar a degradação para se justificar sua melhor utilização/adequação para uma intervenção urbanística dessa natureza.

Não se limitando tão somente a movimentos sociais, essas ações recobrem práticas diversas de uso e intervenção coletiva nos lugares, quer seja de forma organizada ou espontânea, não nos parecendo que sejam tão residuais como frequentemente se diz, quando o que se pode constatar é justamente a situação inversa. Temos que tais práticas encerram um sentido auspicioso em termos de uma reapropriação qualitativa do espaço urbano, politizando a dimensão pública da cidade e de sua importância na vida e na própria civilidade urbanas.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sob essa perspectiva é que compreendemos que não pode haver pensamento e prática social responsável que não persiga uma utopia, aqui compreendida no sentido de utopia concreta, que incorpora a idéia de possibilidade como um horizonte factível à consecução do desejo e da necessidade, enredando-se como possibilidade real num dado âmbito socioespacial. Ela se apoia em expressões e virtualidades sociais capazes de sugerir ou sinalizar outros e mais desejáveis caminhos em meio ao nivelamento redutor que incide na vida social, não se confundindo, portanto, com mera boa fé, visões idealistas ou posturas meramente contemplativas da realidade. Ela não se põe, por conseguinte, como algo fantasioso ou quimérico, não se mostrando aos sentidos como simples derivação da imaginação humana, mas como uma perspectiva lastreada na realidade e referenciada por ela, comportando potencialidades à própria transformação da sociedade e, assim, do próprio espaço.

Falamos, portanto, de um pensamento e de uma práxis que em essência são inseparavelmente articulados, que não se resignam ao constatado, ratificando-o,

mas que se colocam em efetiva consonância com uma transformação socioespacial mais de fundo. O que solicita maior protagonismo e envolvimento dos próprios interessados, fomentando cotidianamente situações mais avançadas de exercício da democracia, pela qual as pessoas possam ter maior controle e participação em políticas e ações que mais diretamente afetam as suas vidas. No entanto, a consecução de uma desejável e mais virtuosa transformação dos territórios e dos modos de vida não logrará êxito sob a restrição da hegemonia corrosiva das forças do mercado e do pensamento único. No Brasil atual, sobretudo, nota-se uma orientação clara com esse sentido, com a formação dos territórios e da cidade submetida, em larga medida, aos interesses corporativos, revelando mudanças sensíveis à requalificação de regiões inteiras para acomodar suas demandas de valorização (do capital), num contexto de desvalorização (Harvey, 2004), dado pela crise contemporânea, sobretudo dos anos 1980 para cá. Grandes projetos de revitalização urbana, construção de corredores de exportação, grandes empreendimentos construtivos à realização de eventos internacionais, entre outros, constituem operações territoriais que evidenciam essa situação, que assim se objetivam como novas frentes de expansão e valorização do capital no espaço, sob coordenação do Estado. Tais inversões, com frequência, operam como verdadeiros vetores de apropriação privado-corporativa do espaço, expondo, entre outros aspectos, expropriações de segmentos sociais de menor renda, segregações e novas hierarquias e desigualdades socioespaciais.

Se a economia, colada ao espaço, reiteradamente nos dá evidências de que alçou os negócios ao seu interesse maior, tornando-se praticamente esvaziada de preocupações quanto aos grandes problemas sociais, temos que o equacionamento dessa condição socioespacial crítica em muito dependerá de prodigalizações de modos politicamente mais estimulantes e influenciadores de se estar e atuar no mundo prático-sensível.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAGGIO, U. da C. (1995) **A dinâmica das transformações socioespaciais das formas de submoradia no município de São Paulo**. 173p. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo, São Paulo.
- BECKER, B. K.; EGLER, C. (1994) **Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo**. 2ª. edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 267p.
- CAPRA, F. (1995) **O ponto de mutação**. São Paulo: Cultrix, 447p.
- CARLOS, A. F. A. (2015) **A tragédia urbana**. In: CARLOS, A. F. A. *et al.* (orgs.) *A cidade como negócio*. São Paulo, Contexto: p.43-63.
- DEDECCA, C. S. (2010) **Trabalho, financeirização e desigualdade**. Texto para discussão. IE/UNICAMP. n.174, abr. 18p.
- FERRY, L. (2015) **A inovação destruidora: ensaio sobre a lógica das sociedades modernas**. Rio de Janeiro: Objetiva, 119p.
- HARVEY, D. (2004) **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 201p..
- MARTINS, J. de S. (1990) **O cativo da terra**. São Paulo: Hucitec, 157p.
- MORAES, A. C. R. (2005) **Território e história no Brasil**. 2ª. edição. São Paulo: Annablume, 154p.
- ROUSSEAU, J-J. (1973). Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens. In: **Os Pensadores, XXIV – Rousseau**. São Paulo: Abril Cultural, pp.207-326. (tradução de Lourdes Santos Machado)
- SOJA, E. W. (1993) **Geografias pós-modernas: reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 324p.
- PIKETTY, T. (2014) **O capital no século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 669p.